**O GUIA DE ATIVIDADE FÍSICA PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA COMO UM DISPOSITIVO-CONSELHEIRO: UMA COSTURA ENTRE BAUMAN E FOUCAULT**

Suzy Chrystine Vasques Guedes[[1]](#footnote-1)

Natália Martins dos Reis[[2]](#footnote-2)

Victor José Machado de Oliveira[[3]](#footnote-3)

Wania Ribeiro Fernandes[[4]](#footnote-4)

**E-mail:** suzy.vasques.ead@gmail.com

**SALÃO DOS EGRESSOS 2023**

**Financiamento:** CAPES; FAPEAM

**Resumo**: O presente texto tem por objetivo apresentar um recorte da dissertação de Mestrado intitulada ***Discursos sobre educação e saúde no Guia de Atividade Física para a População Brasileira via educação física escolar: notas de um casamento (in)feliz***, produção que discute os achados obtidos em uma pesquisa documental realizada nas páginas do aludido documento. Sendo assim, partindo do entendimento foucaultiano de que um texto é muito mais que os signos utilizados para representá-lo, nos esmeramos em identificar os discursos que sustentariam e justificariam a inclusão inovadora de um capítulo dedicado à Educação Física, em um documento desta natureza. Para tanto, nos baseamos em uma análise discursiva de inspiração foucaultiana, subsidiada por uma base teórico-reflexiva que alinha as contribuições acerca das relações de saber-poder do filósofo francês Michel Foucault e as teorizações do sociólogo polonês Zygmunt Bauman, no que concerne às grandes transformações sociais da modernidade. Como resultado, pudemos identificar alguns pressupostos que nos permitiram caracterizar o Guia como um *dispositivo-conselheiro*, destinado à implantação de uma biopolítica para o governamento dos corpos e para a preservação do *homo oeconomicus*, por meio de “recomendações” que alegam visar a promoção da saúde, mas que buscam a prevenção de doenças.

**Palavras-chave:** Discursos. Educação e Saúde. Educação Física escolar. Guia de Atividade Física para a População Brasileira.

**INTRODUÇÃO**

Lançado em 29 de junho de 2021, o *Guia de Atividade Física para a População Brasileira* foi criado no intuito de promover a saúde da população por meio do aumento dos níveis de atividade física, muito possivelmente, em resposta Plano de Ação Global para a Atividade Física, iniciado em 2018, pela Organização Mundial de Saúde – OMS[[5]](#footnote-5). Segundo a própria OMS (WHO, 2017), caso os países aderissem às suas recomendações, até 2030, seria possível reduzir-se os gastos relacionados à inatividade física (que, atualmente, orbitam na esfera dos 54 bilhões de dólares anuais), em até 15%.

Para auxiliar nessa “missão”, a OMS chegou, inclusive, a oferecer apoio aos países que aceitassem implementar suas recomendações, empreendendo sucessivas campanhas para a mudança do quadro da inatividade física, com vistas à redução do sedentarismo e dos males dele derivados. Além disso, recomendando um conjunto de 20 áreas políticas, a OMS criou, em 2018, um plano especificamente destinado à criação de sociedades mais ativas por meio da melhoria dos ambientes e oportunidades para pessoas de todas as idades e habilidades.

Coincidentemente ou não, em 2019, pouco tempo depois da publicação do plano de ação da OMS contra o sedentarismo, vemos o Ministério da Saúde, se movimentando e encomendando a elaboração de um guia destinado à promoção da saúde por meio do aumento dos níveis de atividade física à Universidade de Pelotas (UFPel). Tal projeto, por sua vez, foi coordenado pelo Professor Doutor Pedro Hallal, da UFPel, em um processo de produção que durou cerca de dois anos, iniciando em 2019 e sendo publicado em 2021, com um pequeno atraso por ocasião da pandemia da COVID-19.

Em seu lançamento, o Guia foi anunciado como o primeiro guia voltado para a atividade física da população brasileira, em suas especificidades, visto que, até então, as recomendações existentes eram provenientes de adaptações de Guias estrangeiros e, portanto, sem qualquer adequação ao cenário nacional. Com efeito, a redação do Guia foi desenvolvida para ser menos técnica e mais acessível, além de trazer versões em espanhol, em inglês, em braile, digital e em *audiobook*. A ideia central era contemplar a todos os residentes no Brasil, sem que ninguém fosse privado do acesso ao seu conteúdo em razão da complexidade do material ou de sua furtividade (BRASIL, 2021a).

Além disso, o Guia também inovou ao promover a interface Educação e Saúde, mediada pela inserção inédita de um Capítulo voltado especificamente à Educação Física escolar – o Capítulo 6. Contudo, com base nos apontamentos foucaultianos da Análise de Discurso, entendemos que essa inclusão não ocorreu de forma desarrazoada ou aleatória. Portanto, nos concentramos em identificar os discursos que permearam e sustentaram essa inclusão. Para tanto, demos prosseguimento a uma pesquisa documental nas páginas desse Guia, de natureza qualitativa, do tipo exploratória.

Em seguida, para interpretar as informações obtidas por meio dessa leitura, empregamos, de forma combinada, as fermentas conceituais e filosóficas de dois grandes estudiosos das relações do homem: Foucault e Bauman. O primeiro, em razão de suas grandes contribuições no estudo das relações de poder que se manifestam em um corpo social e o segundo, por conta de suas teorizações acerca das transformações sociais na modernidade.

Dessa costura, foram identificados alguns discursos que refletem a relação de poder que se manifesta nas recomendações trazidas no Guia, que se encontram, simultaneamente, pautadas em embasamentos científicos e legitimadas pelos poderes que confluem para a sua criação e sustentação. Dentre esses discursos, optamos por apresentar, nesse exposto, aqueles que convergem para a “classificação” do Guia como um *dispositivo-conselheiro,* cujos atributos serão apresentados em seção própria. Antes disso, porém, convém apresentados os percursos metodológicos engendrados nesse processo. Vejamos.

**METODOLOGIA**

Para o atingimento dos objetivos almejados nessa pesquisa, optamos pela realização de pesquisa qualitativa, do tipo exploratória, materializada a partir de uma análise documental, realizada nas páginas do *Guia de Atividade Física para a População Brasileira* e em outros documentos e legislações correlatos à temática, considerados relevantes para a discussão promovida. Assim, a palavra escrita constitui o foco investigativo do estudo empreendido, a fim de identificar os discursos presentes no Guia, em vez de se ater a números ou dados estatísticos ou de métodos quantitativos (MINAYO; COSTA, 2018).

Nesses termos, sabendo que a pesquisa documental se debruça sobre materiais em seu estado original, ou seja, livres da influência de qualquer tratamento analítico, a pesquisa documental foi instituída como a metodologia padrão desse estudo. Quanto ao tipo de pesquisa, no que se refere aos objetivos pretendidos, essa pesquisa pode ser caracterizada como exploratória, considerando-se seus atributos próprios, que são: obter maior familiaridade com o problema, explicitá-lo de forma mais aprofundada e possibilitar o levantamento de hipóteses e formulações que levem a estudos futuros (GIL, 2002).

No que concerne à interpretação das informações encontradas, optamos por utilizar de uma análise discursiva de inspiração foucaultiana, entendendo que o Guia é uma forma de saber que sustenta e é sustentado por um poder legitimado com base em outros saberes. Ou seja, partindo da premissa que o Guia é muito mais do que é exprimido em suas linhas. Como já dizia Revel (2005), através da análise de discurso foucaultiana é possível identificar e compreender os acontecimentos que possibilitaram a irrupção de determinada prática discursiva e não outra, em um determinado momento histórico, considerando as variáveis históricas, sociais, econômicas e políticas que permeavam seu aparecimento e formação.

Nesta senda, partimos da premissa de que o Guia é muito mais que a simples combinação de signos utilizados para representá-lo, baseando-nos nos apontamos deixados por Foucault em relação à análise de discurso:

[...] não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 1986, p. 56).

Logo, para o autor/filósofo, embora os discursos sejam, de fato, constituídos por signos, existem outros elementos que neles se desenvolvem e que precisam aparecer em uma análise discursiva, haja vista que eles se mais se assemelham a práticas sistemáticas que constituem os objetos de que falam. É, justamente, esse “mais” que pretendemos encontrar na análise das recomendações em algumas de suas páginas. Mais especificamente, em seu Capítulo 6, no desígnio de identificarmos os discursos que se entremeiam na interface saúde-educação materializada em suas páginas e suas implicações para o corpo social.

 Finalmente, para que as inferências extraídas do material examinado fizessem algum sentido ou tivessem algum referencial, optamos por fazê-lo a partir de um embasamento teórico-metodológico-reflexivo-filosófico-sociológico construído a partir das contribuições de Foucault e Bauman. Consequentemente, essa pesquisa esteve, constantemente, revisitando os escritos desses dois autores, além de alguns outros pertinentes à temática pretendida, sempre que necessário para realinhar as expectativas iniciais e as direcionar as coordenadas atuais.

**RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO**

Como um dos substanciais resultados da pesquisa empreendia, destacamos, nesta exposição, aquele que “enquadra” o Guia como um *dispositivo-conselheiro*, neologismo criado para expressar as contribuições foucaultianas e baumanianas que foram observadas na leitura de suas recomendações. Assim, ao mesmo tempo em que reúne uma série de elementos heterogêneos reunidos em prol da redução dos gastos com o sedentarismo, que nos permitem caracterizá-lo como um dispositivo, o Guia também apresenta mecanismos que apontam para a regulação do estilo de vida de uma população, por meio de recomendações proferidas por vozes autorizadas (os chamados *conselheiros especializados*, de Bauman).

De acordo com Bauman (2001), a modernidade líquida[[6]](#footnote-6) trouxe o que ele chamou de especialistas (ou conselheiros modernos), que seriam os mediadores do conhecimento capazes de fornecer os subsídios necessários para o indivíduo orientar-se em suas decisões, com vistas, simultaneamente, à minimização dos riscos e ao aumento da assertividade nas escolhas. Em um tempo moderno-líquido, marcado por incertezas e ofertas, sobretudo de informações, indivíduos buscam respaldo que legitimem suas ações, no sentido de garantir-lhes, ainda que de maneira “incerta”, alguma segurança em suas ações, se valendo da consultoria de especialistas (BECALLI; GOMES, 2016).

Tal característica é passível de ser observada a partir da identificação da natureza social do Guia. Ao trazer recomendações a serem seguidas pelos indivíduos para a promoção da sua saúde e melhoria da qualidade de vida, expedidas pelo órgão máximo de saúde no Brasil, que é o Ministério da Saúde, o Guia traz em si mesmo, a proposta de ser um conselheiro, dotado, ao mesmo tempo, tanto da validação social quanto da validação científica necessária para tal.

Elaborado por um rol de especialistas na área da saúde e da atividade física, o Guia apresenta certos requisitos que nos permitem enquadrá-lo na descrição de conselheiro, nos moldes descritos por Bauman (2001) e, ainda, na descrição proferida por Giddens (2002). Embora esses autores se utilizem de argumentos diferentes, entendemos que o Guia pode ser encaixado em ambas as definições, pois têm como principal foco interferir na vida privada, nos termos descritos por Bauman, além de contar com a credencial técnica atribuída à existência de um respaldo científico.

Basta observar a terceira página, contando a partir da capa, contendo as informações quanto à elaboração, organização e distribuição do material em questão. Além da chancela do Ministério da Saúde e da Secretaria de Atenção Primária à Saúde – SAPS, tem-se endosso científico por parte da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Além disso, o aparato técnico-científico por trás de sua elaboração conta, ainda, com a participação de agentes do próprio Mistério da Saúde e da Organização Pan-Americana da Saúde – (OPAS) e da OMS, ainda que indiretamente. Isso porque, embora não esteja presente de forma explícita no conteúdo do Guia, muito de seu conteúdo foi baseado nas *Diretrizes da OMS para atividade física e comportamento sedentário: num piscar de olhos*, de 2018.

Outra ramificação dessa manifestação, somando-se à toda essa estrutura científica e especializada, cada Capítulo conta, também, com a expertise de cerca de dez profissionais atuantes na área para o seu processo de elaboração e redação. No caso do Capítulo 6 – Educação Física escolar, foram selecionados 11 profissionais com formação inicial em Educação Física e com linhas de pesquisas em distintas áreas para compor o referido Grupo Temático de Trabalho (GT).

Percebe-se, assim, a inclusão e suporte de uma equipe de profissionais altamente especializados, possuidores de acréscimos à sua formação inicial e, consequentemente, de saberes que justificam sua participação nesse projeto e sua autoridade para tratar do assunto, cuja seleção se deu a partir de edital[[7]](#footnote-7) específico para tal. Esses dados convergem para aquilo que Bauman (2001) descreveu quando fala da autoridade que provém dos mediadores/conselheiros especializados que portam vozes autorizadas. Nesse caso, essa autoridade vem pela ciência, o que também se enquadra na descrição de especialistas/peritos trazidas por Giddens (2002).

Na mesma direção, a própria *Apresentação* do Guia, redigida pelos representantes do Ministério da Saúde, corrobora – e reforça –, a autorização/validade das recomendações dadas por esses pesquisadores:

Durante sua construção, **revisou-se a literatura científica** e ocorreram diversos momentos de conversa com os setores relacionados, **especialistas e a população**, além de consulta pública, originando essa versão oficial que reforça o compromisso do Ministério da Saúde com a promoção da atividade física e com a melhoria das condições de saúde do povo brasileiro (BRASIL, 2021a, p. 06, grifos nossos).

Observa-se, aqui, que para legitimar os saberes contidos no Guia e conferir-lhes autoridade e fidedignidade, os agentes do Ministério da Saúde concederam certo destaque à essa comprovação científica, passível de sugerir à população a confiabilidade necessária para aderir às suas recomendações. Além disso, a entidade ainda reforça o discurso de compromisso com a saúde do povo brasileiro e o seu papel como “cuidador” do povo e garantidor de seus direitos.

Em outro trecho, os agentes do Ministério da Saúde explicitam seu posicionamento e sua chancela em relação às recomendações contidas no Guia, conforme transcrito a seguir:

Nos últimos anos, ocorreram diversos avanços quanto ao incentivo e à prática de atividade física no Brasil. Porém, nosso país ainda possui grande parte de sua população inativa fisicamente**.** Ou seja, ainda possui muitas pessoas que não alcançam as recomendações de atividade física que são detalhadas neste documento. [...]

**O Guia de Atividade Física para a População Brasileira traz as primeiras recomendações e informações do Ministério da Saúde sobre atividade física para que a população tenha uma vida ativa, promovendo a saúde e a melhoria da qualidade de vida** (BRASIL, 2021b, p. 05, grifos nossos).

Verifica-se, desse modo, um discurso que expressa uma autoridade que é intrínseca aos órgãos públicos que, com base na ótica foucaultiana, está pautado em regimes de verdade que estabelecem a atividade física como instrumento de melhoria da qualidade de vida da população, incentivando os indivíduos a “segui-lo”, com base nesses saberem. Citando os avanços quanto ao incentivo e à prática da atividade física no Brasil, o Ministério da Saúde alerta que a desinformação tem dificultado o acesso da população a esses benefícios e exalta o Guia como solução para esse impasse, pois traz as recomendações necessárias para que o indivíduo possa reverter esse quadro e usufruir desses benefícios.

Outros exemplos da “atuação” do Guia como um conselheiro podem ser observados na leitura de algumas recomendações presentes no Capítulo 6, a exemplo das que se seguem:

Participe das aulas de educação física para desenvolver habilidades e para conhecer diferentes tipos de atividade física. Isso vai ajudar você a ter uma vida ativa! (BRASIL, 2021b, p. 35).

Você deve se envolver ativamente nas aulas de educação física e auxiliar o professor a escolher conteúdos e práticas que respeitem e desenvolvam a sua saúde (BRASIL, 2021b, p. 35).

Respeite e acolha os colegas com diferentes habilidades, deficiências e preferências durante as aulas (BRASIL, 2021b, p. 35).

Fique atento às orientações do professor durante as aulas e aos ambientes de prática para sua segurança e a de seus colegas (BRASIL, 2021b, p. 35).

Converse com o seu professor sobre modalidades de atividade física que você tem preferência ou sobre aquelas que você gostaria de aprender melhor (BRASIL, 2021b, p. 35).

Não tenha vergonha de participar das aulas de educação física, o professor e seus colegas vão ajudar você no aprendizado das atividades (BRASIL, 2021b, p. 35).

Verifica-se, destarte, que o Guia, frequentemente, assume a natureza de um conselheiro, que orienta quase que de forma “paternal”, como o estudante deve agir nas aulas de Educação Física. Sob a aparência de um conselheiro, ele dá “dicas” de como o aluno deve participar das aulas se quiser ter uma vida ativa, sugerindo o despertar de um interesse por novas habilidades e pelo conhecimento de diferentes tipos de atividades, além de internar, sutilmente, na vida privada dos seus leitores, modificando suas condutas e comportamentos.

Também são perceptíveis em outros trechos, algumas outras recomendações que se apresentam sob uma aparência de aconselhamento baseadas em um cuidado especializado, mas que não escondem a intenção de promover um discurso de vida ativa, cujo objetivo tácito é a redução do sedentarismo. Para tanto, o caminho incluiria a projeção de mudanças no estilo de vida de uma população, começando pela observância às recomendações contidas no documento em análise.

Por outro lado, também é possível entender o Guia como um *dispositivo*, nos moldes propostos por Foucault. Conforme exposto pelo filósofo francês, pode-se constatar a existência de um dispositivo quando é possível reunir/identificar uma série de elementos distintos em um único instrumento ou aparelho, com vistas à solução de um problema específico, em um dado momento (FOUCAULT, 2009).

No caso do objeto de estudo da pesquisa em comento, o problema específico seria o alto índice de sedentarismo da população brasileira e os gastos do Erário com o tratamento dos pacientes acometidos pelas comorbidades dele decorrentes. Uma vez que Estado tem o dever de promover a saúde de seus cidadãos, enquanto um direito social de segunda dimensão, ou seja, a partir do qual ele não pode se abster de agir na asseguração do direito à saúde do indivíduo, ele não pode (ou pelo menos, não deveria poder) permanecer inerte diante de uma questão dessa magnitude.

Sendo compelido constitucionalmente a garantir à saúde de seus cidadãos, por meio de políticas públicas e ações governamentais destinadas exclusivamente a esse fim, o Estado tem o dever de prover os meios vitais para a fruição desse direito. Dentro desse contexto, o Guia aparece como parte desse dever, carregando elementos empíricos que nos permite observá-lo na definição foucaultiana de *dispositivo*.

Nesse termos, podem ser percebidos no Guia, muitos aspectos que o caracterizam como um dispositivo, quais sejam: a reunião de discursos, instituições, leis, enunciados científicos em um único instrumento e a urgência em resolver um problema específico, em um dado momento. Além disso, o Guia também se encaixa na noção de dispositivo ao manifestar uma confluência de estratégias de relações de força/poder que se sustentam em alguns determinados saberes e vice-versa. Isso porque, ao mesmo tempo em que existe um saber (científico) sustentando o Guia, também coexiste um poder (político) legitimando os saberes que nele se encontram (FOUCAULT, 2008). Portanto, tal qual um dispositivo, o Guia emerge como uma ferramenta estratégica incutida de subsídios fortemente estruturados, criada para sustentar certas relações de poder e para instituir uma política para a vida, baseada no regulamento dos corpos que devem se tornar mais ativos.

Logo, diante de todo esse exposto, é possível afirmar que, ambas as noções – de dispositivo e de conselheiro –, parecem contemplar o que o Guia é e o que ele representa, qual seja, um dispositivo-conselheiro capaz de orientar os indivíduos a serem mais ativos frente à urgência epidemiológica do sedentarismo e da obesidade, expressando uma política de Estado para o governamento do corpo-população. Nesse sentido, vale destacar que a função de aconselhamento do Guia corrobora certos regimes de verdade centrados nas Ciências Biológicas e Naturais, que lhe confere um “peso” enquanto voz autorizada a falar dos estilos de vida mais ativos.

Nessa perspectiva, também podemos identificar os pressupostos de uma biopolítica em andamento, voltada para o governamento dos corpos e para a privatização do cuidado de si, por meio daquilo que Fraga (2006) chamou de *biopolítica informacional,* cujo intento está voltado para a modificação do estilo de vida de uma população não mais pela imposição que o Estado exercia em outros tempos, mas por meio do “aconselhamento”.

Com isso, espera-se delegar à população, a responsabilidade pela sua própria saúde, ao imputar como verdade a fórmula *atividade física = saúde.* À luz dessa premissa, atribui-se ao indivíduo a responsabilidade por praticar a atividade física recomendada e, com isso, deixar ao seu encargo as consequências pelas suas escolhas com relação à sua própria saúde. Ou seja, tornando esse indivíduo o mais econômico possível, a fim de que o Estado continue governando, de acordo com seus limites auto-instituídos, consistindo naquilo que Foucault chamou de *razão de Estado.* Em suas palavras:

[...] a razão de Estado é precisamente uma prática, ou antes, uma racionalização de uma prática que vai se situar entre um Estado apresentado como dado e um Estado apresentado como a construir e a identificar. A arte de governar deve então estabelecer suas regras e racionalizar suas maneiras de fazer propondo-se como objetivo, de certo modo, fazer o dever-ser do Estado tornar-se o ser. O dever-fazer do governo deve identificar-se com o dever-ser do Estado (FOUCAULT, 2008, p. 06).

Assim, por meio de uma racionalidade que direciona as estratégias políticas, o *homo oeconomicus* passa a ser o foco de atuação e planejamento das políticas sobre a vida, entendido sob uma perspectiva econômica que atua como a mola propulsora que fundamenta as técnicas e estratégias governamentais que vêm se estabelecendo ao longo dos anos. Atribuindo-se ao indivíduo a responsabilidade por suas escolhas, o Estado se desonera de responder pelo efeito delas e se coloca na cômoda posição de fornecer apenas o mínimo para a população, com vistas ao menor prejuízo possível ao Erário.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Da leitura do Guia, é possível perceber que seu cerne está voltado para a redução dos males associados ao sedentarismo e dos gastos públicos destinados ao tratamento e reabilitação daqueles que são acometidos pelas doenças a ele associadas, que poderiam ser evitadas por meio da prática de atividade física. Baseando-se em evidências científicas e estatísticas que comprovam essa relação, o Guia parece olvidar que a atividade física é apenas uma parcela de todo o sistema complexo de dimensões que compõem o estado de saúde. Vemos, portanto, de forma pouco enfática, a saúde sob uma perspectiva intersetorial, em privilégio de uma saúde pautada em um estilo de vida ativo.

Por meio do uso de vozes autorizadas – no caso, os especialistas envolvidos em sua elaboração sob a chancela do Ministério da Saúde –, o Guia reúne, de uma só vez, disposições legais, políticas públicas e instruções para o governamento dos corpos dos indivíduos. Porém, o faz de uma forma a delegar para o indivíduo a responsabilidade por suas ações, com o condão incidir nas formas de regulação do corpo social e na manutenção do *homo oeconomicus* e, com isso, isentando-se com relação aos resultados negativos decorrentes das decisões por ele tomadas.

Ambiguamente, ao mesmo tempo em que sugere uma sensação de liberdade de escolha centrada no indivíduo e em sua subjetividade, existe uma “atmosfera” de autoridade nele que impele o sujeito a seguir suas recomendações. Apesar de se apresentar como um mediador de vidas mais saudáveis, o Guia parece trazer apenas duas consequências possíveis: 1) a aceitação de suas recomendações para uma vida ativa e mais saudável; e 2) a não aceitação delas, com todas as implicações e encargos decorrentes. Uma vez que traz em si mesmo as informações necessárias para a melhoria da saúde e da qualidade da população, com todo um aparato que lhe autoriza, o Guia (ou melhor, os governantes) parece esperar que a população “faça a sua parte”, que é segui-las para não ficar doente.

Com isso, evidencia-se o primeiro discurso presente no Guia, enquanto um *dispositivo-conselheiro*, a instituição de uma política para a vida (um poder sobre a vida), que se expressa na gestão do modo como a população se mantém fisicamente ativa e que instrumentaliza uma estratégia de governamento dos corpos sustentada em vozes autorizadas por regimes de verdade. Logo, apesar de se constituir como um conselheiro moderno, o Guia também representa a articulação de uma série de elementos heterogêneos ligados entre si na instituição de uma biopolítica, que busca regular a vida privada dos indivíduos, por meio de instrumentos e tecnologias direcionados para este fim.

**REFERÊNCIAS**

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BECALLI, M. B.; GOMES, I. M. Práticas corporais/atividade física e saúde: da mobilização do sujeito ao movimento de constituição de espaços. In: WACHS, F.; ALMEIDA, U.R.; BRANDÃO, F.F. (Org.). **Educação Física e Saúde Coletiva**: cenários, experiências e artefatos Culturais. Porto Alegre: Rede UNIDA; 2016. p. 199-221.

BRASIL. (2021a). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Guia de Atividade Física para a População Brasileira - Material Suplementar [recurso eletrônico]** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

BRASIL. (2021b). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Guia de Atividade Física para a População Brasileira [recurso eletrônico]** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FOUCAULT, M. **O Nascimento da biopolítica.** Curso no Collège de France (1978-1979) São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2009a. v. 1.

FRAGA, A. B. **Exercício da informação**: governo dos corpos no mercado da vida ativa. Campinas: Autores Associados; 2006.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

MINAYO, M. C. S.; COSTA, A. P. Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, v. 40, n. 40, pp. 139-153, Lisboa, 2018.

REVEL, J. Michel Foucault: Conceitos essenciais. Trad. Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005. **Tempos Históricos**, *[S. l.]*, v. 12, n. 1, p. p. 193–197, 2005. DOI: 10.36449/rth.v12i1.1952. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/1952>. Acesso em: 6 jan. 2023.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. (2017). **Health Promoting Schools**: an effective approach to early action on noncommunicable disease risk factors. Disponpivel em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/255625/WHO-NMH-PND-17.3-eng.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2022.

1. Mestre em Educação pelo PPGE, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. [↑](#footnote-ref-1)
2. Mestre em Educação pelo PPGE, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. [↑](#footnote-ref-2)
3. Doutor Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. [↑](#footnote-ref-3)
4. Doutora em Educação em Ciências e Saúde pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. [↑](#footnote-ref-4)
5. Essa é apenas uma suposição, haja vista que nem o Ministério da Saúde nem o próprio Guia atribuem a existência dessa parceria, mas vale o questionamento. [↑](#footnote-ref-5)
6. A teoria da modernidade líquida foi proposta pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman como uma metáfora para representar a sociedade contemporânea e corresponde à rapidez com que as relações sociais se realizam no mundo moderno (BAUMAN, 2001). [↑](#footnote-ref-6)
7. Para a constituição da comissão técnica, foram homologados dois editais, um para selecionar os coordenadores para cada Grupo Temático de Trabalho e outro para selecionar os componentes de cada GT, pela Fundação Delfim Mendes da Silveira em convênio com a Universidade Federal de Pelotas, quais sejam: o Edital Nº 05/2020 e o Edital Nº 06/2020, respectivamente. Ambos os editais podem ser encontrados acessando-se o seguinte link <https://fundacoesufpel.com.br/fdms/2020/11/19/edital-no-06-de-19-de-marco-de-2020/>, e tinham por escopo selecionar representantes de todas as regiões do país a compor o Projeto intitulado **Recomendações Brasileiras De Atividades Física.** Esses profissionais foram selecionados em duas etapas subsequentes, sendo a primeira delas, d caráter classificatório, consistia na avaliação da carta de intenção. Apenas a título de informação, foram aprovados quatro profissionais da Região Norte, a saber: Roseane Gomes Autran, Inês Amanda Streit, Ewertton de Souza Bezerra e Victor José Machado de Oliveira (GT6), todos pertencentes ao quadro de servidores da Universidade Federal do Amazonas. [↑](#footnote-ref-7)